

# Causa do Povo



Jornal da União Popular Anarquista - UNIPA

Edição Nº 74

www.uniaoanarquista.wordpress.com | unipa@hacari.org

Abril/Maio de 2016

## A força das escolas ocupadas: Estudantes dão aula de luta e resistência

- pág. 2

### Nesta edição

- ▶ Pátria Educadora: Um projeto de privatização e precarização da educação pública brasileira (p. 3)
- ▶ Crise Política: Nem impeachment, nem Governo, nem Eleições

Gerais! Construir o Poder Popular! (p. 4-6)

- ▶ Uma Ponte Para o Futuro, futuro para quem? (p. 6)
- ▶ A criminalização

e repressão das lutas sociais no Brasil: O Estado contra os trabalhadores (p. 7)

- ▶ Revolução e Contra-Revolução no Curdistão (p. 8)



Todo Poder ao Congresso do Povo: Alternativa anarquista para a crise

**UNIPA**  
Pelo Socialismo e Pela Liberdade!

# A FORÇA DAS ESCOLAS OCUPADAS:

## Estudantes dão aula de luta e resistência

A força da ocupação de mais de 200 escolas por estudantes secundaristas no estado de São Paulo dobrou o governador Alckmin (PSDB) em 2015. As ocupações iniciaram em 9 de novembro e em 5 de dezembro Alckmin teve que revogar o projeto de "Reorganização". Este projeto previa o fechamento de 93 escolas, o remanejamento de mais de 1 milhão de alunos e a imposição para 754 escolas da oferta de apenas um ciclo (ensino fundamental ou ensino médio).

Após São Paulo, foi a vez de Goiás. Ali, mais de 25 ocupações ocorreram no final de 2015 e combateram os projetos de Marconi Perillo (PSDB) de fechamento de escolas de regime integral, que seriam entregues para a gestão de "Organizações Sociais" (OS's) e para a Secretaria de Segurança Pública e Polícia Militar, ou seja, privatização e militarização do ensino público. Até o momento, a luta secundarista atrasou a entrada das OS's nas escolas, e o Edital foi cancelado por várias irregularidades.

### A retomada da luta e sua expansão nacional

Desde março os secundaristas do estado do Rio de Janeiro vem dando mais um exemplo de luta e união. Aliados à greve dos professores estaduais, dezenas de assembleias e protestos secundaristas são realizados. E em 21 de março, a primeira escola

foi ocupada no estado. Os estudantes se animaram, e no fechamento desta edição chegavam a quase 100 escolas ocupadas.

Desde então a luta tem se nacionalizado: São cerca de 15 novas ocupações em São Paulo contra os cortes na educação e contra a "máfia da merenda"; no Ceara já são mais de 30 escolas ocupadas contra os cortes e por melhorias nas escolas; os estudantes do DF ocuparam um órgão do transporte (DFTrans) em defesa do passe livre irrestrito; os estudantes do Pará que no dia 15 de abril protestaram em mais de 20 municípios contra os cortes na educação e contra um projeto do governador que pretende reduzir a carga horária de aulas; no Rio Grande do Sul já são 3 as escolas ocupadas por secundaristas.

Por que a nacionalização? Está claro que o problema não é apenas os governos estaduais ou municipais, é uma política nacional e tem relação direta com a crise capitalista. Essa política de ataques aos diretos foi assumida pelo Governo Dilma que já cortou mais de 14 bilhões da educação e recentemente (21 de março) apresentou nova proposta de cortes dos gastos públicos: o PL 257. Este plano prevê: suspensão do aumento real do salário mínimo, demissão voluntária de servidores, congelamento salarial por 2 anos etc. A política de privatização com OSs também é



nacional e está inserido no projeto "Pátria Educadora". Ao que tudo indica, o quadro de cortes continuará no governo Temer, que também não poupará o povo.

### A união da classe trabalhadora pela ação direta e pelo federalismo

Nas ocupações que ocorrem no Brasil, os estudantes conseguem apoio de professores, pais, e diversos setores da classe trabalhadora. Algumas ocupações ocorrem em meio a greve de servidores da educação, como é o caso do Rio de Janeiro e Ceará, e isso é muito importante. É necessário que os trabalhadores aprendam com os estudantes, assim como os estudantes aprenderam com as Jornadas de Junho de 2013.

As escolas ocupadas apresentam formas organizativas e métodos de luta históricos da

classe oprimida que foram esquecidos pelas burocracias sindicais e partidárias.

Nos partidos e entidades traidoras (UNE, CUT etc.) existem os que mandam/negociam e os que executam, no Estado é a mesma coisa. Nas escolas ocupadas os estudantes criam um novo poder, e demonstram que o caminho para as mudanças é a ação direta, e que a forma daqueles que lutam terem controle sobre as decisões do movimento é o federalismo (a organização "de baixo para cima", o poder vindo de cada escola ocupada).

A união com a classe trabalhadora é fundamental, mas essa união não pode ser uma dominação dos sindicatos, "adultos" ou dos líderes sobre os estudantes. A forma de a união servir aos interesses do povo é pelo federalismo, pela autonomia e ação direta.

## A emergência de uma federação autônoma estudantil

*Diante desse contexto é fundamental que as organizações combativas tenham um programa de reorganização do movimento estudantil. Esse programa deve responder a demandas emergenciais das lutas e também orientar caminhos a médio e longo prazo.*

*O isolamento não resolve nada, tampouco a falta de organização e orientação. Por isso, as Escolas e Estudantes em Luta do país inteiro*

*devem se unir, começando pelos grêmios, cidades, estados, regiões. Essa união se quiser ser autônoma, democrática e combativa não pode integrar as entidades dos partidos eleitores (UNE, UBES, ANEL).*

*Surge a necessidade de auto-organização, de superar as entidades e formas burocráticas. É necessário reabrir o debate sobre as entidades estudantis e sobre a criação de federações autônomas de estudantes!*

# PÁTRIA EDUCADORA:

## Um projeto de privatização e precarização da educação pública brasileira

Dilma/PT-PMDB foi eleita em seu segundo mandato com o discurso mais progressista que já fez, defendeu pautas históricas da classe trabalhadora e teve como centro de suas críticas ao PSDB que este último seria entreguista-privatista e teve como seu principal mote a defesa da construção de uma "pátria educadora".

Contudo, a farsa do discurso eleitoral durou pouquíssimo tempo. Em menos de mês de mandato Dilma cortou mais de 7 bilhões na Educação e posteriormente, ainda em 2015, cortou mais, totalizando um corte de cerca de 9 bilhões de reais da educação, comprometendo programas como o PIBID e demais bolsas universitárias na graduação e na pós-graduação. Mas isso é só a ponta do iceberg.

Na verdade o programa/projeto Pátria Educadora é uma continuidade das macro-políticas neoliberais da Educação dos governos do PT. Segue a matriz teórica do Plano de Desenvolvimento Educacional do governo Lula (que criou o Prouni e Reuni, por exemplo) e do novo Plano Nacional de Educação do primeiro mandato de Dilma (que por sua vez serviu de base para projetos como PRONATEC e o Ensino Médio Inovador).

### A privatização é uma política nacional

Apesar de todo o vocabulário revolucionário do projeto Pátria Educadora, este projeto além

de se adequar e aprofundar as relações com os sistemas meritocráticos de avaliação, como a Prova Brasil, têm como centro duas grandes propostas: 1) a reestruturação curricular no ensino médio para dar mais espaço ao tecnicismo e ao sistema S fornecendo mão de obra barata (sem direitos trabalhistas) a iniciativa privada; e o mais importante: 2) privatizar a educação básica brasileira como o documento deixa explícito vinculando a administração das escolas às Organizações Sociais (OS).

O documento responsabiliza o problema da educação básica nacional nas costas do professor, que é vítima e não algoz do processo de precarização da educação pública brasileira. Responsabiliza o baixo nível dos cursos privatizados em Pedagogia, "esquecendo" que é o próprio MEC quem autoriza esses cursos e na verdade os exonera de impostos por meio de programas de auxílio a privatização como o FIES e o PROUNI.

### Desestruturação do Ensino Básico

A desestruturação do ensino médio ocorre, segundo a proposição do programa, de variadas formas, 1) estabelecendo uma base nacional curricular

comum, indo assim, na contra-mão de todo debate pedagógico de estabelecer curricular conforme as especificidades regionais/culturais/geográficas; 2) Criar grandes centros de excelência chamadas de escolas "Anísio Teixeira" aumentando dessa forma, ainda mais, o fosso entre as grandes escolas e as escolas comuns; 3) Premiando as escolas com "bom desempenho" em sistemas avaliativos suspeitos e limitados, seguindo a lógica de não igualar as escolas e sim aumentar a desproporção das mesmas, seguindo a cantilena liberal.

O programa prevê ainda o aumento da precarização do trabalho docente e a destruição da democracia escolar que existe em alguns poucos estados do Brasil; prevê, sobretudo a "flexibilidade" e a polivalência do professor.

### O caminho da luta popular em defesa da educação

O exemplo das escolas ocupadas em São Paulo e Goiás demonstra o caminho que a Educação deve trilhar. Enquanto o reformismo brasileiro (psol/pstu/pcb) foram a rebuque do governo ao defender campanhas como 10% do PIB para o neoliberal e tecnicista Plano Nacional de Educação (PNE) os estudantes secundaristas demonstraram por meio da ação direta e do rechaço as entidades traidoras (UNE/UBES) que a luta passa pela: 1) resistência aos planos neoliberais dos governos do PSDB – que na prática é semelhante ao projeto Pátria Educadora do PT por defender OSs e reorganização por ciclo escolar; 2) defender a melhoria das condições de estrutura em cada escola.

A luta por uma educação escolar de melhor qualidade passa por isso pela defesa da escola pública de qualidade com estrutura que permita não apenas uma boa relação de ensino, mas que possibilite o incentivo à pesquisa e ao lazer; com laboratórios de informática e quadra poliesportiva aberta a comunidade; com estrutura democrática e assembleária de poder.



*A crise política evoluiu para uma polarização que exige uma resposta. A consiliação do afastamento no último dia 12 de maio no Senado Federal, bem como as manifestações dirigidas pelo bloco burguês e outras manifestações do bloco socialdemocrata-governista, mostram que tal polarização alcançou um nível inédito. Hoje, a ofensiva burguesa se mostra sob a forma de um golpe institucional dentro de um Estado de direito, com o bloco no poder do qual o PT fez/faz parte e que agora quer tirar as funções dirigentes do PT por meio de um golpe institucional.*

# CRISE POLÍTICA

## Nem impeachment, nem Governo, nem Eleição Construir o Poder Popular!

### A geopolítica por trás da crise

A crise de 2008 levou à estagnação nos países centrais, Estados Unidos e União Europeia. Uma das soluções encontradas foi a exportação de capitais para os países periféricos. Isso possibilitou uma nova aliança entre o capital nacional, o capital estrangeiro e Estado em torno de políticas de crescimento. Foi nesse contexto que o Governo Lula teve seu "período de ouro".

Além disso, nos principais países da América ocorreu um esgotamento dos governos conservadores e ascenderam governos liberais ou socialdemocratas. Essa coalização regional promoveu um relativo desenvolvimentismo em face das formas reacionárias e impostas anteriormente pelo Partido Republicano e por Bush nos EUA.

Mas essa tendência não atacou os fundamentos econômicos da dependência, ao contrário. Por isso, depois da crise de 2008, esses governos foram todos envolvidos num compromisso de superar a crise.

Além disso, a luta para controlar recursos energéticos foi fundamental no período 2011-2012, em que os EUA voltou a adotar estra-

tégias militares na Líbia e na Síria. O controle do petróleo na Líbia foi importante para a redução do preço do petróleo que favoreceu o barateamento dos custos de produção nas economias centrais e ajudou na recuperação econômica dos EUA. Mas esse equilíbrio era instável. Isso porque a concorrência capitalista se intensificou depois de 2008, e o Oriente Médio era instável. A descoberta do Pré-sal no Brasil e as reservas na Venezuela se colocaram como uma grande alternativa. Assim, os EUA se voltou para a América Latina com uma política mais agressiva de controle imperialista.

O capital estrangeiro fez uma série de exigências para garantir seu retorno para a América Latina. E os governos da região aceitaram. No Brasil, foi criado um Estado de Exceção para garantir os investimentos. Entretanto, um fator afetou bastante esse quadro: as lutas grevistas aumentaram junto com a presença do capital estrangeiro, de modo que os trabalhadores conseguiram contínuos aumentos acima da inflação. O PT demonstrou uma frágil capacidade de controle das greves e o aumento da massa salarial levou a perda de vantagem dos patrões. Isso foi um fator im-

portante para a fuga de capitais a partir de 2014, que coincide com o início da crise política do bloco PT-PMDB, já fustigados pelo Levante de Junho de 2013.

Com a fuga de capitais, a balança comercial desfavorável pela queda do preço das commodities e a grande renúncia fiscal realizada para salvar o capital da crise, o Estado estava devendo e a economia em recessão. A crise alcançou o Brasil de forma estrutural.

A fuga de capitais minou o bloco no poder por dois motivos: **1)** provocou um realinhamento do imperialismo, com os EUA diminuindo a margem de tolerância para divergência em relação a seus interesses, e atacando pela concorrência os países dos BRICS e governos que lhe tinham sido altamente favoráveis (como o do PT); **2)** fatores de ordem política e ideológica interna aceleraram a ruptura nesse bloco e criaram a ocasião para a ofensiva burguesa e a tentativa de golpe institucional.

### Para permanecer no governo o PT atacou o povo e criou as condições de sua queda

O PT participou da construção da aliança entre a aristocracia operária do principal subgrupo

operário, os metalúrgicos do ABC, a indústria automotiva e toda cadeia do agronegócio. Além disso, a aliança não se construiu em contraposição à hegemonia financeira.

### Infraestrutura e logística a serviço do capital

Internamente o governo avançou os grandes projetos de infraestrutura interligados ao IIRSA dando origem ao PAC, que foi um processo de reestruturação da estratégia de acumulação do capital nacional e estrangeiro. Os investimentos do PAC foram direcionados para atender os setores internacionalizados da indústria (Petrobras, Vale do Rio Doce), infraestrutura energética (capital estatal) e capital nacional (grandes empreiteiras e certos setores da indústria de transformação). O PAC foi estruturado para servir e dar suporte à indústria de transformação no Sudeste, à indústria energética e ao agronegócio, atingindo as comunidades quilombolas, indígenas, ribeirinhas e camponesas.

Além disso, o PT não reverteu as privatizações da estrutura produtiva e avançou na privatização da estrutura de circulação de mercadorias e pessoas (rodovias, ferrovias, hidrovias e aeroportos).

o de Dilma aprovado  
 uês-conservador e as  
 um nível significativo.  
 Exceção criado pelo  
 io do impeachment.

# CA

## ões Gerais!



### **A aliança com a CNA e com a FIESP**

A luta pela terra retrocedeu e poucas terras foram homologadas. O primeiro mandato de Dilma foi o que menos assentou em toda história da reforma agrária. No segundo mandato Dilma escolheu Kátia Abreu, líder da CNA, para o Ministério da Agricultura. O PT se aliou ao agronegócio e aos latifundiários. Essa aliança abdicou de qualquer política de redistribuição de terras, e direcionou para sua base um aumento de crédito agrícola e de alguns programas para a chamada "Agricultura Familiar". Os indígenas e camponeses que não se renderam ao pacto foram duramente reprimidos com o silêncio dos governistas.

A crise de 2008 aproximou ainda mais os industriais e a CUT, que passaram a organizar atividades conjuntas (tal como a marcha da FIESP, ABIMAQ, Força Sindical e CUT em 18/10/2011). Por outro lado, a CUT e o PT sabotavam as lutas e greves. No entanto, as greves passaram a acontecer à revelia das direções sindicais e partidárias, como em Jirau e Santo Antônio, e as emblemáticas greves dos professores do RJ de 2013, a onda de greves de rodo-

viários em 2014 e dos garis do RJ em 2014, entre outras.

### **A construção do Estado de Exceção e violência contra o povo**

Para garantir esse desenvolvimento capitalista e a aliança o PT teve um papel ativo na construção do Estado de Exceção, do desenvolvimento do Estado Penal-Policial. Segundo sua própria propaganda conferiu cada vez mais poder e aumentou o efetivo do Judiciário e das forças de repressão.

A política do governo diante do Levante de 2013 foi de aumentar a perseguição e prisão de atividades e manifestantes, bem como a criminalização das lutas sociais. A repressão e a violência nas favelas e periferias, principalmente contra a juventude negra, não arrefeceu nem um pouco. Os assassinatos no país, fundamentalmente nas favelas, periferia e nos campos, somam 50 mil por ano.

Para garantir a realização da Copa e os lucros da FIFA o governo editou a Lei Geral da Copa e a Garantia da Lei e da Ordem (GLO) que criminalizou as lutas que ocorressem no período dos megaeventos. A recente "Lei antiterrorismo", sancionada pela presidente Dilma,

não é nada mais que a ação do Estado e da classe dominante contra o povo. A Lei Antiterrorismo é o "AI-5 da democracia". E um dia antes de ser afastada, assinou a Lei Geral das Olimpíadas.

### **A burguesia rompe o pacto com o governo**

Em nenhum momento o PT atacou os setores conservadores. O exemplo mais claro disso, são as eleições de 2014, a agenda Brasil de 2015 e o Ajuste Fiscal iniciado em 2015. Em meio a toda a crise o partido procurou o tempo todo costurar suas alianças por cima angariando apoio dos setores conservadores, inclusive de cunho religioso, em troca de apoio parlamentar e eleitoral, tentando se manter no bloco no poder. No entanto, os desdobramentos da crise política e da ação judiciário, a crise econômica, a política recessiva de Dilma e o descontrole da CUT das lutas sociais que pipocam nas bases estudantis e de movimentos sociais parecem ter determinado a posição burguesa de romper o bloco no poder.

A burguesia se lançou à ação de massas, coordenada com o poder judiciário e policial ultra centralizado e fortalecido pelos

“

O PT confundiu o fato de ter sido integrado num bloco de poder, essencialmente histórico, isto é, transitório, com a ilusão de ter sido integrado à classe dominante. A crise do bloco no poder mostra que o alinhamento conservador (burguesia nacional, capital estrangeiro-imperialismo) não comporta mais representantes de uma pequena-burguesia reformista e da aristocracia operária. A exclusão do PT do bloco no poder é apenas o primeiro passo de uma grande ofensiva contra a classe trabalhadora, ofensiva esta que não teria sido possível sem o papel cumprido pelo PT.”

governos do PT, usando esses instrumentos criados e fortalecidos pelo PT contra ele mesmo. Essa ação de massas, combinada com a cisão parlamentar e o uso do poder judiciário, consolidaram a decomposição do bloco no poder com saída progressiva da indústria (FIESP), da agricultura (Bancada ruralista) e outros setores.

### A composição de classe, organizativa e ideológica dos blocos

Do ponto de vista de classes, o bloco burguês-conservador é composto pela grande burguesia industrial, agrária e financeira, ela também conseguiu integrar uma pequena-burguesia raivosa, especialmente em razão deste último setor ter sido arruinado pela crise de 2008 e pela concentração de capital promovida pelo modelo econômico do PT.

Mas esse bloco tem mobilizado um grande número de trabalhadores, especialmente servidores públicos de governos diversos que tem o PT como padrão. Do ponto de vista ideológico, o bloco burguês-conservador é adepto do pragmatismo, mas comporta desde tendências neoliberais até grupos fascistas de extrema direita.

Por sua vez, o bloco socialde-

mocrata-governista é composto por uma pequena-burguesia desenvolvimentista, por uma aristocracia operária e sindical e por uma tecnocracia de empresas estatais e bancos. Entram como forças de apoio os trabalhadores rurais, massas urbanas e assalariados precarizados.

A contradição é que esses setores de apoio foram atacados pela política do PT. E tudo indica que para permanecer no governo o PT terá de manter o compromisso de atacar sua própria base social. Ideologicamente, esse bloco é hegemônico pela ideologia socialdemocrata, cada vez mais democrata-liberal, daí sua crença na democracia como valor absoluto e sua dificuldade para romper com o legalismo mesmo quando esta legalidade não significa nada.

Nesse sentido, apesar da polarização estar conduzindo o proletariado às ruas, nenhum dos blocos tem em seus respectivos programas soluções para os problemas materiais das forças de apoio que mobilizam.

A luta e crise do bloco no poder está criando condições para que essas forças de apoio se desprendam das suas respectivas direções quando ficar claro que estes não irão resolver suas necessidades materiais. É para

este momento que os setores revolucionários precisam estar organizados e em condições de intervir em escala nacional.

### Cenários e estratégias de resistência

Uma linha revolucionária não terá de imediato o impacto e adesão de amplos setores, exatamente porque estão presos às ilusões criadas pelo bloco de poder em crise. Mas hoje com o golpe institucional mais consolidado após o afastamento de Dilma ou ainda na hipótese deste recuar para um compromisso, esta situação se transformará aceleradamente.

Em todos os cenários a unidade interna dos blocos tende a entrar em crise. O único fator certo é que ocorrerá um amplo ataque em todos os níveis aos trabalhadores e recursos públicos. Por isso hoje não podemos nos deixar capturar pela polarização. Não podemos cair no discurso da defesa abstrata da "democracia", pois isso implicaria em desorganizar o trabalho preparatório de resistência.

Programaticamente é preciso contrapor as palavras de ordem: **1) Nem Impeachment; 2) Nem a defesa do Governo Dilma; 3) Nem de eleições Gerais Já.** Todas essas políticas apontam para so-

lução por cima. Nenhuma dessas políticas coloca no centro a ação das próprias massas.

Por isso, a nossa política deve ser colocar a centralidade na ação autônoma das massas. Esta ação deve ser expressa pelo trabalho de agitação e propaganda em favor do Congresso do Povo, como exercício de um contrapoder, um poder paralelo reconhecido como legítimo pelo povo.

Sabemos que o Congresso do Povo não será construído imediatamente, mas as assembleias populares e conselhos, seus embriões locais podem (assim como em 2013 surgiram fóruns, assembleias e etc.). Além disso, devemos reconstruir um sindicalismo revolucionário que dê organicidade aos militantes combativos nos locais de estudo, trabalho e moradia.

Por isso conclamamos todos os anarquistas e revolucionários a somarem-se à construção da resistência autônoma e ação direta de massas nos marcos dessa linha de ação: pela organização imediata de assembleias populares autônomas; pela construção dos grupos embriões do sindicalismo revolucionário; pela defesa do Congresso do Povo como alternativa classista e antissistêmica à crise política.

## UMA PONTE PARA O FUTURO, futuro para quem?

No avançar da crise política, o PMDB lançou ainda em 29 de outubro de 2015 um projeto chamado "Uma Ponte Para o Futuro" já vendo as possibilidades de um governo Temer que agora se concretiza. O programa teoricamente "para debate interno" foi, na verdade, propagado amplamente e serve como um aceno de subserviência do PMDB aos atuais interesses do imperialismo, banqueiros e capitalistas em geral.

O programa "Uma Ponte Para o Futuro" pretende: 1) Aprofundar privatizações do setor de logística, infra-estrutura, mineração, energia (especialmente com maiores concessões à exploração privada do petróleo brasileiro); 2) Atacar direitos trabalhistas para garantir os "ganhos de competitividade" para a burguesia industrial, rural e financeira; 3) Cortes em áreas sociais como educação, saúde, e aos programas assisten-

ciais como Bolsa Família e Minha Casa Minha Vida; 4) Uma nova reforma da previdência que ataque o direito à aposentadoria; 5) "Integração nas cadeias globais de valor", o que significa a integração à acordos de livre comércio, tal como o recente Acordo Transpacífico que integra EUA, México, Chile e outros países.

Por isso o povo trabalhador e os jovens brasileiros não podem

ter nenhuma ilusão no governo Temer. Ele será uma face ainda mais radical das políticas anti-povo já encaminhadas pelo PT. Ainda que o impeachment não seja consumado após os 180 dias de afastamento de Dilma, esse programa será a base programática de pressões do bloco burguês-conservador. Não há saída por cima para o povo, nos resta a luta e a resistência independente de qualquer governo.



# A criminalização e repressão das lutas sociais no Brasil: O Estado contra os trabalhadores

O Estado Brasileiro tem direcionado para o povo negro das favelas e periferias o encarceramento e o assassinato. Não bastasse as péssimas condições de vida e trabalho dos trabalhadores(as). Além disso, desde 2013 a escalada de repressão e criminalização contra os ativistas, militantes, jovens negras e negros, camponeses, indígenas, movimento e lutas sociais no Brasil tem aumentado.

Em 2012, 56.000 pessoas foram assassinadas no Brasil. Destas, 30.000 são jovens entre 15 a 29 anos e, desse total, 77% são negros. A polícia brasileira continua sua política de cerco as favelas e periferias, de intimidação as jovens e aos jovens, principalmente negros. A política de extermínio continua, de norte a sul, como a chacina em Londrina, no Rio e na Bahia. De acordo com o Anuário Segurança Pública (2014), produzido pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública, pelo menos seis pessoas são mortas por policiais no Brasil a cada dia, sendo que estes números estão subestimados.

Em 2014 já haviam mais de 700 mil presos no Brasil, a maioria homens negros, como o morador de rua Rafael Braga, condenado pelos protestos de Rua de 2013, bode expiatório do Estado que vem sendo perseguido pelos agentes policiais. No Rio de Janeiro moradores, como da Vila Autódromo, tem sofrido com a política de remoção e violação de seus direitos pela prefeitura de Paes (PMDB-PT).

## A Lei Antiterrorista

No último mês o governo do PT aprovou o PL 2016/15 ("Lei Antiterrorismo"), encaminhado pelo poder executivo, Ministério da Justiça (então Eduardo Cardozo-PT/Forças Armadas) e Ministério da Fazenda (então Levy-Bradesco). O PL 2016/15 alterou a lei 12.850/2013, que dispõe sobre organizações criminosas, acrescentando dispositivos tão abertos que qualquer tipo de manifestação de rua pode (ou não) ser considerada uma "organização terrorista". Inclusive a ONU condenou a aprovação do projeto.

O Estado brasileiro continua com sua política de massacre, encarceramento e medo. O processo contra os 23 militantes presos no Final da Copa da FIFA de 2014, bem como a prisão e processo contra 31 estudantes e professores na luta contra as OSs e contra o aumento em Goiânia, são exemplos concretos da tentativa de impedir a luta social, primeiro prendendo, e agora enrolando com os processos jurídicos.

As greves de trabalhadores (as) da Educação no último período vem sendo duramente reprimidas, como foi o caso do Rio de Janeiro, São Paulo, Distrito Federal, Paraná e Goiás. Além disso, através do conluio entre patrões (privados e estatais) e justiça, os trabalhadores (as) são cada vez mais perseguidos (as) em seu ambiente trabalho, demitidos e ameaçados, como no caso da Greve dos Garis.

## Camponeses e indígenas resistem à barbárie no campo

No campo a situação não é diferente. Segundo a Comissão Pastoral da Terra (CPT):

"Dos 50 assassinatos registrados no Brasil, 47 foram na Amazônia, sendo 20 em Rondônia, 19 no Pará, 6 no Maranhão, 1 no Amazonas e 1 em Mato Grosso. Além disso, das 144 pessoas que receberam ameaças de morte no campo, 93 estão na Amazônia. E é neste território que 30 das 59 tentativas de assassinato aconteceram." No dia 23 de janeiro de 2016 os camponeses Enilson Ribeiro dos Santos e Valdiro Chagas de Moura foram barbaramente assassinados em Jaru, Rondônia.

Os povos indígenas tem resistido a política desenvolvimentista do Estado que ataca os povos no Xingu, os Terenas no Mato Grosso do Sul, os Guarani Kaiowá e os Tupinambás e Pataxós na Bahia.

O Estado brasileiro segue reprimindo e perseguindo as lideranças do movimento indígena, assim como acobertando a ação dos grandes grupos do agrogócio, fazendeiros e políticos proprietários de terras.



## Objetivos da Repressão: Disciplinar a força de trabalho e impedir as revoltas populares

A repressão e criminalização das lutas tem como objetivo controlar a rebeldia e resistência do povo na sua luta por liberdade. Através da política do medo é levado a cabo o fortalecimento do Estado Penal e Policial e favorecimento do capital, através da concessão de obras, terceirização, privatização, piora das condições de trabalho, como a perda de direitos, e aumento das tarifas dos serviços públicos realizados pelas empresas privadas.

É fundamental a organização da resistência coletiva dos trabalhadores para se defender contra toda essa repressão promovida pelo Estado que visa garantir o desenvolvimento do capitalismo no Brasil, e não nosso bem estar.

# Revolução e Contra-Revolução no Curdistão

A luta pelo Auto-Governo do Curdistão entrou numa nova fase no final de 2015. A vitória das forças curdas das Unidades de Proteção do Povo Curdo (YPG) e a sua ala feminina, o YPJ em Kobane, Rojava e Shinjar (área de maioria Yazidi), na Síria contra a ISIS-Daesh e a ação política do Partido da União Democrática (PYD) aliado do Partido dos Trabalhadores do Curdistão, o PKK, demonstraram que os Curdos são a principal força de resistência na região.

O programa socialista com base no chamado "Confederalismo Democrático", uma proposta de anti-estado, de auto-governo da região, é a principal referência para avanço de uma sociedade sem classes, livre e igualitária. São essas organizações curdas que conseguem aglutinar combatentes de origem assíria, yázidis, cristã, armênia, alevis, árabes sunitas e xiitas e turcos de esquerda.

## O ataque do ISIS em Paris e os interesses imperialistas em jogo

Ao mesmo tempo a vitória dos curdos, que imprimiram as maiores derrotas ao ISIS, provocou a reação do Estado Turco comandando pelo AKP (Islâmico Sunita e Neoliberal) de Tacy Erdogan que apoia as forças fundamentalistas sunitas, assim como a Arábia Saudita.

As disputas interimperialistas na região, entre o bloco sino-russo e americano-europeu impediram o ataque das forças da OTAN a autocracia do partido Baath, liderado por Assad, tal como fizeram na destruição dos estados autocráticos pan arabista da Líbia, de Kadafi, e do Iraque de Saddam Hussein. A Guerra Civil na Síria financiada pelos países europeus, EUA



e Arábia Saudita provocou uma verdadeira crise humanitária, devido ao alto número de imigrantes que chegam a Europa e as mortes geradas pela guerra.

O ataque em Paris provocou a ira dos líderes europeus, os mesmos que atacaram e atacam milhares de civis em todo norte da África e oriente médio, em prol de seus interesses comerciais e energéticos. A resposta dos governantes europeus é uma só: aumentar o Estado policial e penal em meio a crise econômica e social que assola grande parte do continente.

O Estado Francês que mantém fortes relações com as monarquias do Golfo e que mais insistia na derrubada do Governo Assad se viu confrontado com a posição Russa, Chinesa e Iraniana, contrária a queda de Assad, uma vez que isso enfraqueceria a posição do bloco de Moscou e Pequim. Teve que em parte ceder para agir contra o ISIS.

A Turquia, que em tese faz parte da coalizão da OTAN, passou a atacar toda a Esquerda Curda e Turca, desde o HDP, socialistas curdos que tiveram

expressiva votação nas eleições turcas, até os anarquistas, como as prisões de militantes da Juventude Anarquista na Universidade de Istambul, torturas, atentados, como em Ancara, e assassinatos principalmente no sul da Turquia, norte do território do Curdistão.

Além disso, ministro de energia e petróleo do ISIS é justamente o filho do governante turco Recep Erdogan, sendo o Estado Turco que opera a infraestrutura do ISIS, e a inteligência Saudita banca diretamente a Al Qaeda na Síria. A vitória em Kobane e Rojava demonstrou a possibilidade concreta de vitórias na luta pela autodeterminação do povo curdo, o que provocou a resposta Turca.

Enquanto isso, EUA-UE mantém o hipócrita discurso anti-terror e o apoio as ações da Turquia e das Monarquias do Golfo, principalmente a Arábia Saudita que financia o sunismo wahbita, a base de boa parte do fundamentalismo religioso do Islã.

## Na Grécia: o Neoliberalismo do Syriza.

Enquanto na Turquia temos o exemplo da resistência revolucionária Curda, através do PKK, PYD, YPG e YPJ, na Grécia temos o exemplo da política reformista social-democrata do Syriza, que depois de vencer as eleições adotou a política de ajuste fiscal e de privatizações determinadas pela Troika (UE, FMI, BCE).

Para isso aceitou como legítima a dívida externa; permaneceu dentro da UE, se submetendo ao imperialismo franco-alemão, e, por fim, se aliou a extrema-direita do Partido dos Gregos Independentes, pró OTAN, xenófobo e anti-imigrantes, garantindo o apoio da Grécia as políticas militares da OTAN no Médio Oriente, na Ucrânia e a se aliando a Israel que mantém um brutal repressão contra o povo da Palestina.

As trabalhadoras e trabalhadores gregos responderam com uma greve geral no final de 2015 as políticas de austeridade e privatização do governo social-democrata do Syriza.

***A Revolução de Rojava Vencerá! Morte ao Imperialismo e ao Estado Islâmico! Pelo Socialismo e Autogoverno!***

